



## Comentários à Prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do TRE/MA

*provas em 31.08.2015*

### Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015

Sobre as mesas receptoras assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de ausência do presidente da mesa não podem os demais mesários substituí-lo.
- b) Compete ao presidente da mesa receptora distribuir aos eleitores as senhas de entrada previamente rubricadas ou carimbadas segundo a respectiva ordem numérica.
- c) A cada circunscrição eleitoral corresponde uma mesa receptora de votos.
- d) Não podem ser nomeados presidentes e mesários os membros de diretórios de partidos que estejam no exercício função executiva.

### Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois os mesários poderão substituir o Presidente da mesa. Vejamos o dispositivo do art. 123, do CE.

**§ 2º NÃO comparendo o Presidente ATÉ ÀS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, assumirá a Presidência o Primeiro Mesário e, na sua falta ou impedimento, o Segundo Mesário, um dos Secretários ou o suplente.**

A **alternativa B** está incorreta. As competências do Presidente da Mesa estão previstas no art. 127, do CE. E essa competência descrita na alternativa não está contida naquele rol. Vejamos um esquema com as competências do Presidente da Mesa.

#### ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

- decidir contingências que ocorrerem no dia das eleições
- manter a ordem
- comunicar o Juiz Eleitoral as ocorrências que dele depender
- encaminhar à Justiça Eleitoral os materiais utilizados no dia das eleições
- assinar as observações dos Fiscais e Delegados de partido
- fiscalizar eventual distribuição de senhas, bem como recolhê-las.
- anotar o não-comparecimento da ficha de eleitores.

A **alternativa C** está incorreta. Vejamos o artigo do CE:

**Art. 119.** A **cada Seção** Eleitoral corresponde **uma Mesa** Receptora de votos.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Vejamos o art. 120, § 1º, do CE.

**§ 1º NÃO** podem ser **nomeados Presidentes e Mesários**:

**I** – os **candidatos** e seus **parentes** ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive, e bem assim o cônjuge;

**II** – os **membros de Diretórios de partidos** **DESDE QUE** exerçam função executiva;

**III** – as **autoridades** e **agentes policiais**, bem como funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo;

**IV** – os que **pertencerem ao serviço eleitoral**.

### Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015

Sobre as competências do Tribunal Superior Eleitoral assinale a alternativa correta:

a) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente as ações diretas de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos relacionados ao direito eleitoral.

b) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e juizes eleitorais de Estados diferentes.

c) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e estaduais e de candidatos à Presidência e vice-presidência da República, governador e vice governador de Estado.

d) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente as impugnações à apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de Presidente e Vice Presidente da República, do governador e vice governador de Estado.

### Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois essa competência não existe.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, com base na alínea C, do art. 23, I.

b) os **conflitos de jurisdição** entre Tribunais Regionais e juizes eleitorais de Estados diferentes;

A **alternativa C** está incorreta. A competência do TSE se restringe aos cargos de Presidente e Vice.

Art. 22. Compete ao Tribunal Superior:

**I - Processar e julgar ORIGINARIAMENTE:**

a) o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à **PRESIDÊNCIA** e **VICE**-Presidência da República;

A **alternativa D** está incorreta. O erro é o mesmo da alternativa anterior. A competência do TSE, nesse caso, se limita aos cargos de Presidente e vice.

g) as impugnações à apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de **Presidente e Vice**-Presidente da República;

**Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015**

Sobre as inelegibilidades assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes, consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- b) São inelegíveis os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, desde que ratificada pelo poder judiciário.
- c) São inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra o meio ambiente e a saúde pública.
- d) Os ministros de estados que se afastarem do cargo 4 meses antes da eleição são considerados inelegíveis.

**Comentários**

A **alternativa A** está correta, conforme art. 1º, inciso VII, § 3º, da Lei das Inelegibilidades.

**§ 3º** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

A **alternativa B** está incorreta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 1º, I, m, não é necessária a ratificação pelo poder judiciário para que o candidato seja considerado inelegível.

*m) os que forem **excluídos do exercício da profissão**, por **decisão sancionatória do órgão profissional competente**, em decorrência de infração ético-profissional, pelo **PRAZO DE 8 (OITO) ANOS**, SALVO se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;*

A **alternativa C** está correta. Vejamos o dispositivo que comprova a exatidão da questão.

*e) os que forem **condenados**, em **decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado**, **DESDE A CONDENAÇÃO até o transcurso do prazo de 8 (OITO) ANOS APÓS O CUMPRIMENTO DA PENA**, pelos crimes:*

**3. contra o meio ambiente e a saúde pública;**

A **alternativa D** está correta, pois se o afastamento ocorrer no prazo de quatro meses o Ministro de Estado estará inelegível. Isso porque o art. 1º, II, a), 1, da LI prevê:

**II – para Presidente e Vice-Presidente da República:**

*a) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:*

*1 – os Ministros de Estado;*

**Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015**

Sobre os sistemas eleitorais assinale a alternativa correta:

- a) O sistema eleitoral proporcional parte da necessidade de calcular o quociente eleitoral e o quociente partidário, é aplicado no direito brasileiro nas eleições para cargos executivos e legislativos.
- b) O sistema eleitoral majoritário determina que o vencedor das eleições seja o candidato que tiver a maioria relativa dos votos válidos e que consiga atingir o quociente partidário.
- c) O sistema majoritário é caracterizado como aquele no qual o candidato que obtiver a maioria dos votos será declarado vencedor, sendo que no direito brasileiro este sistema se aplica as eleições para Presidente, Senador, Governador e Prefeito.
- d) O sistema eleitoral proporcional é aquele em que o candidato é declarado vitorioso quando consegue atingir o quociente eleitoral, sendo que as eleições para prefeito nas cidades com mais de 200 mil habitantes são realizadas pelo sistema proporcional.

## Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O sistema proporcional não é aplicado para as eleições a cargos do Poder executivo.

A **alternativa B** está incorreta, pois é exigida a maioria absoluta dos votos. Vejamos o artigo correspondente nas leis das eleições.

**Art. 2º** Será considerado **eleito** o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a **MAIORIA ABSOLUTA DE VOTOS**, **não computados os em branco e os nulos**.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

A **alternativa D** está incorreta. As eleições de prefeito se dão pelo sistema majoritário e não pelo proporcional.

## Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015

Em relação a filiação partidária assinale a alternativa correta:

- a) Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais recente, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais.
- b) Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção estadual e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
- c) O cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se nos casos de suspensão dos direitos políticos.
- d) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos seis meses antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

## Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, pois é exatamente o que prevê o parágrafo único do art. 22, da LPP.

**Parágrafo único.** Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais recente, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais.

A **alternativa B** está incorreta. A comunicação de desfiliação é feita ao órgão de direção municipal e não estadual.

**Art. 21.** Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

A **alternativa C** está incorreta. O cancelamento na filiação ocorre imediatamente apenas nos casos de perda dos direitos políticos.

A **alternativa D** está incorreta. A filiação mínima é de um ano.

**Art. 18.** Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor **deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições**, majoritárias ou proporcionais.

Portanto:



### Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015

Um partido político deseja concorrer isoladamente e lançar candidatos a eleição da Câmara Municipal. Conforme a legislação eleitoral em relação ao número máximo de candidatos que o partido poderá registrar na eleição assinala a alternativa correta:

- a) O partido poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cinquenta por cento do número de lugares a preencher.
- b) O partido poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cem por cento do número de lugares a preencher.
- c) O partido poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até o dobro do número de lugares a preencher.
- d) O partido poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

### Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 10, da Lei das eleições.

**Art. 10.** Cada **partido** poderá **registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, ATÉ CENTO E CINQUENTA POR CENTO** do número de lugares a preencher.

Assim, o gabarito da questão é a **alternativa D**.

### Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015

Sobre as nulidades da votação assinala a alternativa correta:

- a) É nula a votação quando houver extravio de documento reputado essencial.
- b) É nula a votação quando for negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar, e o fato constar da ata ou de protesto interposto, por escrito, no momento da ocorrência.
- c) É nula a votação quando votar alguém com falsa identidade em lugar do eleitor chamado.
- d) É nula a votação quando feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei.

## Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 220, do CE. Vejamos a letra de lei e depois um esquema.

**Art. 220. É nula a votação:**

**I** – quando *feita perante Mesa não nomeada pelo Juiz Eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei;*

**II** – quando *efetuada em folhas de votação falsas;*

**III** – quando *realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado ou encerrada antes das 17 horas;*

**IV** – quando *preterida formalidade essencial do sigilo dos sufrágios;*

**V** – quando a Seção Eleitoral tiver sido localizada com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135 [**votação propriedade de candidato ou partido**].

**Parágrafo único.** A nulidade será pronunciada quando o órgão apurador conhecer do ato ou dos seus efeitos e a encontrar provada, não lhe sendo lícito supri-la, ainda que haja consenso das partes.

### SERÁ NULA A VOTAÇÃO

- feita perante mesa receptora não nomeada pelo Juiz Eleitoral
- feita com ofensa à lei ou falsas
- realizadas fora do dia, local e horários definidos (p. ex., após as 17 horas)
- com violação ao sigilo do voto
- em propriedade de candidato ou partido

Portanto, **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

## Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015

Sobre a propaganda eleitoral assinale a alternativa correta:

- Nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, mesmo que não lhes cause dano.
- É permitida a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias.
- É permitida a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, desde que autorizada pelo juiz eleitoral.
- Durante o período previsto para propaganda eleitoral continuará sendo veiculada a propaganda partidária gratuita prevista em lei.

## Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, de acordo com o art. 37, § 5º, da LE.

**§ 5º** Nas **árvores e nos jardins localizados em áreas públicas**, bem como em **muros, cercas e tapumes divisórios**, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, mesmo que não lhes cause dano.



A **alternativa B** está incorreta, pois o parágrafo único no art. 36-A proíbe tal propaganda.

*Parágrafo único. É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias.*

A **alternativa C** está incorreta, pois o showmício é proibido. O showmício é uma espécie de comício que se caracteriza pela reunião pública do candidato e eleitores com a utilização de música.



Acerca da possibilidade dos referidos showmícios, lembre-se:

**SÃO VEDADAS AS PROPAGANDAS ELEITORAIS MEDIANTE SHOWMÍCIO**

É que dispõe o art. 39, §7º, da LE:

**§ 7º É PROIBIDA a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.**

A **alternativa D** está incorreta. Vejamos o artigo correspondente.

*Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.*

*§ 2º No segundo semestre do ano da eleição, não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista em lei nem permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.*

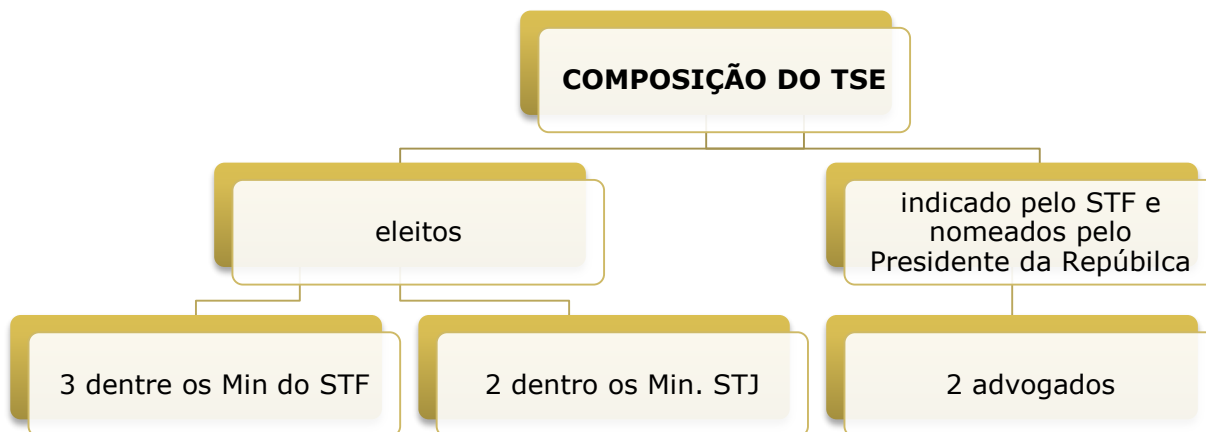
**Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015**

Sobre a composição do Tribunal Superior Eleitoral assinale a alternativa correta:

- a) São integrantes da composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República, aprovados pelo Senado Federal e indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) São integrantes da composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República, aprovados pelo Congresso Nacional, e indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) São integrantes da composição do Tribunal Superior Eleitoral três juízes dentre os ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) São integrantes da composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República e indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

**Comentários**

Vejamos um esquema para ajudar a responder à questão.



Assim, a **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

### Questão – IESES/TRE-MA – Analista Administrativo – 2015

Em relação ao alistamento eleitoral assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.
- b) O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.
- c) O alistamento eleitoral obrigatório é previsto na legislação, sendo que estão nesta categoria os maiores de 18 e menores de 70.
- d) O alistamento eleitoral facultativo é previsto na legislação, sendo que estão nesta categoria os maiores de 16 e menores de 18, os maiores de 70, os analfabetos e os conscritos.

### Comentários

As **alternativas A e B** estão corretas com base no seguinte artigo da Resolução 21.538.

**Art. 42.** O alistamento se faz mediante a **qualificação** e **inscrição** do eleitor.

**Parágrafo único.** Para o efeito da inscrição, é **domicílio eleitoral** o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.

A **alternativa C** está correta, conforme esquema.





A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão, pois o alistamento é proibido para os conscritos.

Seguem nossos canais para contato:

**FACEBOOK:** <https://goo.gl/nZncbr>

**GRUPO DE ESTUDOS:** <https://goo.gl/0rxejA>

**EMAIL:** [rst.estrategia@gmail.com](mailto:rst.estrategia@gmail.com)

**CURSOS DE ELEITORAL:** <https://goo.gl/Sj0qUL>